ReGeo
ISSN: 2177-3246

# PRESENÇA TERRITORIAL: A DINÂMICA ESPACIAL DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO PARÁ

# TERRITORIAL PRESENCE: THE SPATIAL DYNAMICS OF CRIMINAL ORGANIZATIONS IN THE STATE OF PARÁ

# PRESENCIA TERRITORIAL: LA DINÁMICA ESPACIAL DE LAS ORGANIZACIONES CRIMINALES EM EL ESTADO DE PARÁ

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-094

**Data de submissão:** 16/08/2026 **Data de publicação:** 16/09/2026

**José Luiz Souza Franco**
Doutorando em Segurança Pública
Instituição: Polícia Militar do Pará (PMPA), Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: joseluizsouzafranco@gmail.com
Orcid: .org/0009-0006-7084-5270

**Gunar Vinagre da Silva Mota**
Doutor em Físico-Química
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: gunar@ufpa.br
Orcid: https://https:orcid.org/0000-0002-4085-118X

**Cesar Maurício de Abreu Mello**
Doutor em Ciências
Instituição: Polícia Militar do Pará (PMPA), Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: mello.cesar@gmail.com
Orcid: .org/0000-0003-3086-2624

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**
Doutor em Engenharia de Produção
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: ramosedson@gmail.com
Orcid: .org/0000-0001-5425-8531

**Tarcya Cristiny Amorim Souza Monteiro**
Graduada em Jornalismo
Instituição: Universidade da Amazônia (UNAMA)
E-mail: tarcyamorim@gmail.com
Orcid: .org/0009-0004-2716-0722

**RESUMO**
A expansão das facções criminosas tem redefinido as dinâmicas de controle territorial, constituindo um dos principais desafios para a segurança pública contemporânea no Brasil. Esse fenômeno, embora tenha ganhado destaque no país recentemente, ainda carece de estudos espaciais que tenham o condão de georreferenciar o domínio territorial das facções criminosas, em especial na região amazônica. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica territorial das facções criminosas no

estado do Pará, nos anos de 2024 e 2025, a partir da identificação espacial dos seus integrantes, evidenciando padrões de concentração e domínio territorial em diferentes escalas. A natureza da pesquisa é aplicada, com abordagem quantitativa, a partir dos dados fornecidos pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará (CINT/PMPA). Nesse segmento, os dados foram georreferenciados no Sistema de Informação Geográfica (SIG) e representados por meio de cartografia com a finalidade de descrever e dimensionar o domínio territorial das facções criminosas em escala estadual, regional e intraurbana no estado do Pará. Os resultados demonstram que, dos 144 municípios existentes no estado, 111 (77,1%) foram identificados com a presença de pelo menos um membro das três facções criminosas atuantes no estado, a saber: Comando Vermelho (CV); Primeiro Comando da Capital (PCC); e Comando Classe A (CCA). O quantitativo total de membros identificados foi de 2.663. A facção criminosa com a maior quantidade de integrantes é o Comando Vermelho, com 2.501 membros, o que representa 94,98% do quantitativo total registrado, seguido pelo PCC (74 membros) com 2,81% e o CCA (58 membros) com 2,20%. Belém detém a maior concentração de faccionados, tendo 722 integrantes do CV (28,87%) e 4 integrantes do PCC (5,41%), com destaque para o bairro do Guamá, que abarca 106 faccionados do Comando Vermelho e 1 do PCC. Nessa conjuntura, a análise espacial evidenciou uma forte predominância do CV no Pará, sobretudo na região metropolitana e nos grandes corredores logísticos, o que representa um elemento essencial para a consolidação da facção no estado. Portanto, os resultados da pesquisa contribuem para o avanço dos estudos sobre domínio territorial na Amazônia, além de demonstrarem a capacidade da cartografia como ferramenta de apoio ao planejamento estratégico da segurança pública.

**Palavras-chave:** Facções Criminosas. Comando Vermelho. Primeiro Comando da Capital. Comando Classe a.

**ABSTRACT**

The expansion of criminal factions has redefined the dynamics of territorial control, constituting one of the main challenges for contemporary public security in Brazil. Although this phenomenon has recently gained prominence in the country, it still lacks spatial studies that have the ability to georeference the territorial domain of criminal factions, especially in the Amazon region. In this sense, the research aims to analyze the territorial dynamics of criminal factions in the state of Pará, in the years 2024 and 2025, based on the spatial identification of its members, highlighting patterns of concentration and territorial domain at different scales. The nature of the research is applied, with a quantitative approach, based on data provided by the Intelligence Center of the Military Police of Pará (CINT/PMPA). In this segment, the data were georeferenced in the Geographic Information System (GIS) and represented through cartography in order to describe and dimension the territorial domain of criminal factions at state, regional and intra-urban scales in the state of Pará. The results demonstrate that, of the 144 existing municipalities in the state, 111 (77.1%) were identified with the presence of at least one member of the three criminal factions operating in the state, namely: Red Command (CV); First Capital Command (PCC); and Command Class A (CCA). The total number of identified members was 2,663. The criminal faction with the largest number of members is the Red Command, with 2,501 members, which represents 94.98% of the total number recorded, followed by PCC (74 members) with 2.81% and CCA (58 members) with 2.20%. Belém holds the highest concentration of faction members, with 722 members of CV (28.87%) and 4 members of PCC (5.41%), with emphasis on the Guamá neighborhood, which encompasses 106 members of the Red Command and 1 of the PCC. In this context, spatial analysis revealed a strong predominance of CV in Pará, especially in the metropolitan region and in major logistic corridors, which represents an essential element for the consolidation of the faction in the state. Therefore, the research results contribute to the advancement of studies on territorial domain in the Amazon, in addition to demonstrating the capacity of cartography as a tool to support strategic planning of public security.

**Keywords:** Criminal Factions. Red Command. First Capital Command. Command Class a.

**RESUMEN**
La expansión de las facciones criminales ha redefinido las dinámicas de control territorial, constituyendo uno de los principales desafíos para la seguridad pública contemporánea en Brasil. Aunque este fenómeno ha ganado prominencia recientemente en el país, aún carece de estudios espaciales que tengan la capacidad de georreferenciar el dominio territorial de las facciones criminales, especialmente en la región amazónica. En este sentido, la investigación tiene como objetivo analizar la dinámica territorial de las facciones criminales en el estado de Pará, en los años 2024 y 2025, a partir de la identificación espacial de sus integrantes, evidenciando patrones de concentración y dominio territorial en diferentes escalas. La naturaleza de la investigación es aplicada, con enfoque cuantitativo, a partir de los datos proporcionados por el Centro de Inteligencia de la Policía Militar de Pará (CINT/PMPA). En este segmento, los datos fueron georreferenciados en el Sistema de Información Geográfica (SIG) y representados a través de cartografía con el propósito de describir y dimensionar el dominio territorial de las facciones criminales en escala estatal, regional e intraurbana en el estado de Pará. Los resultados demuestran que, de los 144 municipios existentes en el estado, 111 (77,1%) fueron identificados con la presencia de al menos un miembro de las tres facciones criminales que operan en el estado, a saber: Comando Rojo (CV); Primer Comando de la Capital (PCC); y Comando Clase A (CCA). La cantidad total de miembros identificados fue de 2.663. La facción criminal con la mayor cantidad de integrantes es el Comando Rojo, con 2.501 miembros, lo que representa el 94,98% de la cantidad total registrada, seguida por el PCC (74 miembros) con 2,81% y el CCA (58 miembros) con 2,20%. Belém posee la mayor concentración de facionarios, con 722 integrantes del CV (28,87%) y 4 integrantes del PCC (5,41%), con destaque para el barrio de Guamá, que abarca 106 facionarios del Comando Rojo y 1 del PCC. En esta coyuntura, el análisis espacial evidenció un fuerte predominio del CV en Pará, especialmente en la región metropolitana y en los grandes corredores logísticos, lo que representa un elemento esencial para la consolidación de la facción en el estado. Por lo tanto, los resultados de la investigación contribuyen al avance de los estudios sobre dominio territorial en la Amazonia, además de demostrar la capacidad de la cartografía como herramienta de apoyo para la planificación estratégica de la seguridad pública.

**Palabras clave:** Facciones Criminales. Comando Rojo. Primer Comando de la Capital. Comando Clase a.

## 1 INTRODUÇÃO

Notadamente, a partir do século XXI, as facções criminosas brasileiras romperam os muros das unidades prisionais e ampliaram, de forma excessiva, suas áreas de influência para todo o território nacional e até mesmo internacional. Esse processo que se deu ao passar dos anos redefiniu a lógica de expansão desses grupos criminosos, que utilizam o domínio territorial como mecanismo essencial para a exploração de mercados lícitos e ilícitos, sobretudo em áreas periféricas das mais diversas comunidades brasileiras (Lima; Bueno; Couto, 2025).

Nesse sentido, a compreensão da dinâmica de domínio territorial por parte das facções criminosas é essencial para o entendimento da lógica de expansão no território que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil. Entre as regiões brasileiras, a Amazônia tem um papel singular na dinâmica de ocupação territorial das facções criminosas instaladas na região Norte do país.

Nesse contexto, o estado do Pará, situado na região amazônica, tem fundamental importância econômica para as facções criminosas, diante da sua capilaridade de modais logísticos, além da grande circulação de ativos financeiros peculiares às suas características geográficas (garimpo, extração de madeira, tráfico humano em regiões ribeirinhas), que potencializam os processos de territorialização criminal. Além disso, o estado detém corredores logísticos favoráveis à circulação de pessoas, armas, drogas, minérios, madeira, dentre outros, que se conectam com mercados lícitos e ilícitos no Brasil e, principalmente, com o continente africano e europeu (Reis Netto, 2023).

Couto (2023) traz os conceitos de "posição e extensão geográfica" para melhor entendimento da dinâmica de expansão territorial das facções criminosas na Amazônia. No primeiro conceito, posição, Couto (2023) evidencia a localização estratégica da região junto aos principais produtores de cocaína do mundo, "com destaque para Bolívia, Colômbia e Peru, os quais dependem da região para atravessar a droga com destino para África, Europa e mercados brasileiros" (Couto, 2023, p. 55). No segundo conceito, extensão, o autor assevera que:

> a extensão é considerada aqui a relação multiescalar do narcotráfico envolvendo o local, o regional e o global, é a extensão das redes do narcotráfico partindo dos países Andinos que produzem drogas, atravessando o Brasil uma área de trânsito e chegando aos mercados internacionais para consumo, é a organização do crime em rede (Couto, 2023, p.55).

Decerto, é importante destacar que estudos atuais demonstram que essa dinâmica de expansão e domínio territorial não se dá somente pelo comércio ilícito do tráfico de drogas, uma vez que a exploração de comércios legais e ilegais diversos se tornou parte da engenharia econômica das facções.

Oliveira (2025) evidencia em sua revisão narrativa que associar as facções criminosas tão somente ao tráfico de drogas é um conceito meramente reducionista, tendo em vista sua pluralidade conceitual que a autora denomina facções criminais:

> são diversas as formas de conceituar as facções criminais: a primeira faz equivalência entre facção e tráfico, a segunda compreende as facções enquanto coletivos prisionais e/ou coletivos criminais, a terceira entende-se como instituições, a quarta, como uma sociedade secreta ou irmandade do crime e a quinta como forma de cultura (Oliveira, 2025, p.17).

Sob a perspectiva do território, Haesbaert (2014) compreende o território como uma construção social resultante de relações de poder, cuja apropriação não se restringe ao Estado. Nesse sentido, diferentes atores podem produzir territorialidades próprias e disputar o controle sobre determinados espaços. Nesse prisma, as facções criminosas constituem atores territoriais que estabelecem mecanismos de domínio, controle e governança em áreas nas quais a presença estatal se mostra coexistente ou fragmentada face a esses grupos criminosos.

Numa ótica empírica, a pesquisa realizada por Franco *et al.* (2025), na capital do estado do Pará, traz uma compreensão amplificada acerca da dinâmica do domínio territorial das facções criminosas e da governança criminal instalada a partir da concepção de controle do território. O estudo realizado em Icoaraci, um dos distritos da capital paraense, revelou que 85,95% dos moradores da localidade acreditam que a facção criminosa Comando Vermelho exerce algum tipo de controle sobre a comunidade local (Franco *et al*., 2025).

Muito embora a literatura brasileira tenha avançado, nos últimos anos, na compreensão das facções criminosas acerca de diversas perspectivas, ainda carece de estudos que analisem a dimensão espacial dessas organizações, por meio da identificação dos seus membros, a fim de trazer uma melhor compreensão quanto aos objetivos econômicos e logísticos das organizações criminosas no tocante à expansão territorial. Adiciona-se a essa lacuna a ausência de metodologias de análise espacial aplicadas à compreensão do domínio territorial com incremento de dados oriundos da inteligência policial.

Diante desse cenário, a pesquisa busca compreender a seguinte problemática: como se configura no espaço o domínio territorial das facções criminosas no estado do Pará e de que maneira a distribuição geográfica de seus integrantes revela padrões de territorialização relacionados às características logísticas, econômicas e urbanas do território paraense?

Nessa conjuntura, essa pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica territorial das facções criminosas no estado do Pará, nos anos de 2024 e 2025, a partir da identificação espacial dos seus integrantes, evidenciando padrões de concentração e domínio territorial em diferentes escalas. Nessa dinâmica, o estudo pretende empregar dados de inteligência policial espacializados em Sistema de

Informação Geográfica (SIG), para melhor entender as dinâmicas de domínio territorial a fim de oferecer subsídios analíticos para o planejamento estratégico das políticas de segurança pública.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do domínio territorial exercido pelas facções criminosas preconiza, antes de tudo, superar o entendimento do território como mera delimitação física do espaço. Muito embora sejam utilizados, via de regra, como sinônimos, os conceitos de espaço e território possuem significados distintos na geografia. Essa diferenciação é essencial para este estudo, uma vez que a simples localização espacial dos membros das facções criminosas não é suficiente para explicar os mecanismos de controle, influência e poder que consolidam sua presença em determinadas localidades no estado do Pará.

Raffestin (1993) propõe que o espaço é anterior ao território. O território surge somente quando um ator se apropria desse espaço mediante relações de poder a partir de mecanismos de controle, organização e mediação capazes de transformar uma dimensão, inicialmente física, em uma construção social. Nesse sentido, o território não representa simplesmente uma porção delimitada de terra, mas sim a materialização no espaço das relações de poder estabelecidas entre pessoas, grupos ou instituições formais e informais.

Souza (2013) amplia essa compreensão ao afirmar que o território constitui uma projeção espacial das relações de poder ali produzidas e transformadas pelos conflitos entre atores sociais diferentes. Nessa seara, o território assume caráter dinâmico, sendo permanentemente disputado, redefinido e reorganizado conforme a capacidade dos diferentes atores de exercer controle sobre pessoas, recursos e fluxos.

Essa perspectiva revela-se pertinente para compreender a dinâmica espacial das facções criminosas no Pará. Mais do que uma simples ocupação, as facções criminosas buscam controlar corredores logísticos, mercados ilícitos e lícitos, comunidades e fluxos econômicos, estabelecendo relações de poder que produzem territorialidades. Portanto, a espacialização dos integrantes das facções criminosas não constitui um fim, mas sim um indicador analítico da existência de processos de territorialização que serão analisados por meio da cartografia desenvolvida nesta pesquisa.

Nesse segmento, Rogério Haesbaert (2014) argumenta que o território não constitui uma categoria exclusiva do Estado, mas uma construção social continuamente produzida por diferentes atores que exercem relações de poder sobre o espaço. Nesse entendimento, diferentes territorialidades coexistem e disputam legitimidade, configurando processos de multiterritorialidade que expressam formas distintas de apropriação, controle e uso do território.

Essa compreensão amplia o entendimento acerca das facções criminosas, permitindo interpretá-las como atores territoriais capazes de produzir territorialidades próprias mediante mecanismos de controle social, econômico e simbólico.

Por derradeiro, torna-se necessário distinguir territorialização de domínio territorial. A territorialização corresponde ao processo pelo qual diferentes atores constroem relações de poder sobre determinado espaço por meio de mecanismos de controle, influência e apropriação. O domínio territorial representa o resultado desse processo, manifestando-se quando tais relações se consolidam e passam a produzir efeitos permanentes sobre a organização do espaço. Portanto, compreender a distribuição espacial dos integrantes das facções criminosas significa evidenciar o processo de territorialização que sustenta o domínio territorial.

## 3 METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada, com abordagem quantitativa e natureza descritiva-analítica, à medida que objetiva servir como ferramenta para suporte em ações de segurança pública (Gil, 2019). Mais ainda, o estudo fundamenta-se na utilização de dados oriundos de inteligência policial e tratados por meio de técnicas de geoprocessamento e análise espacial, com a finalidade de compreender a dinâmica do domínio territorial das facções criminosas no Pará.

A escolha dessa estratégia fundamenta-se na compreensão de que a cartografia representa muito mais do que uma projeção geográfica. O estudo tem o condão de utilizar essa ferramenta geográfica como instrumento analítico capaz de revelar relações espaciais, padrões territoriais e estruturas de concentração dificilmente identificáveis mediante análises estatísticas convencionais. Nesse contexto, o emprego do geoprocessamento não objetiva apenas elaborar mapas, mas sim interpretar as relações de poder materializadas pela distribuição territorial das facções criminosas.

O estudo foi realizado no Estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil, que compreende 144 municípios, com área territorial de 1.245.870 km² e população de 8.120.131 habitantes. Na capital do estado, Belém, a população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), é de 1.303.403 pessoas. O estado possui um complexo sistema hidroviário, conectado por rios de grandes dimensões e com saída para o oceano Atlântico no município de Barcarena, que compõe a Região Metropolitana da capital.

Além disso, o Pará possui uma extensa região fronteiriça com os estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Tocantins e Maranhão, bem como uma densa malha rodoviária que conecta o estado ao restante do país, a exemplo da BR-010, mais conhecida como Belém-Brasília. Todos esses fatores

espaciais colocam o estado como um hub logístico para o fluxo de drogas e outros ilícitos das facções criminosas.

Os dados obtidos na pesquisa tiveram como fonte o Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará, a partir do levantamento dos membros das facções criminosas identificadas no estado nos anos de 2024 e 2025. Os dados pessoais foram anonimizados como forma de preservar as informações sensíveis. Nesse aspecto, a pesquisa ateve-se a quantificar os dados e espacializá-los a fim de compreender a dinâmica de territorialização das facções criminosas no estado, levando em consideração as áreas de influência a nível regional, municipal e por bairros.

Os registros foram organizados no Microsoft Excel, em planilha, a fim de estabelecer uma padronização por municípios e bairros para serem convertidos em base geográfica compatível com o ambiente SIG. Em seguida, os dados foram georreferenciados utilizando o sistema de referência SIRGAS 2000 e integrados ao software QGIS para elaboração da cartografia.

A análise espacial fundamentou-se na identificação de padrões de concentração, dispersão e continuidade territorial da distribuição dos integrantes das facções criminosas. A interpretação cartográfica foi desenvolvida em três escalas: estadual, permitindo identificar a capilaridade territorial das organizações criminosas; regional[1], evidenciando áreas de maior concentração e corredores logísticos; e intraurbana, destinada à compreensão da distribuição espacial em bairros da capital e um município da Região Metropolitana, a saber: Ananindeua, pelo fato de possuir uma conurbação com a capital.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciaram a concentração espacial dos membros das facções criminosas atuantes no estado do Pará. Notadamente, essa distribuição não ocorre de forma aleatória, como será exposto na Figura 1. É importante destacar que hoje, no Brasil, há basicamente duas portas de entrada para o skunk (super maconha) e a cocaína produzida nos países andinos, mais especificamente, Bolívia, Colômbia e Peru. Nesse segmento, merecem destaque as duas principais rotas logísticas para o escoamento dessa droga para o mercado consumidor interno e para exportação, principalmente para os continentes africano e europeu, a partir da saída para o oceano Atlântico nos portos de Santos, São Paulo, Itajaí, Santa Catarina, e Barcarena, no Pará.

Rota Caipira, principal corredor logístico da droga que entra no Brasil pela fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Essa rota recebeu esse nome devido à utilização de vias rurais e interioranas para

[1] Conforme o Decreto Nº 2.146 de 27/01/2022, constituem as regiões de integração do estado do Pará: Araguaia; Baixo Amazonas; Carajás; Guajará; Guamá; Lago de Tucuruí; Marajó; Rio Caeté; Rio Capim; Tapajós; Tocantins; e Xingu.

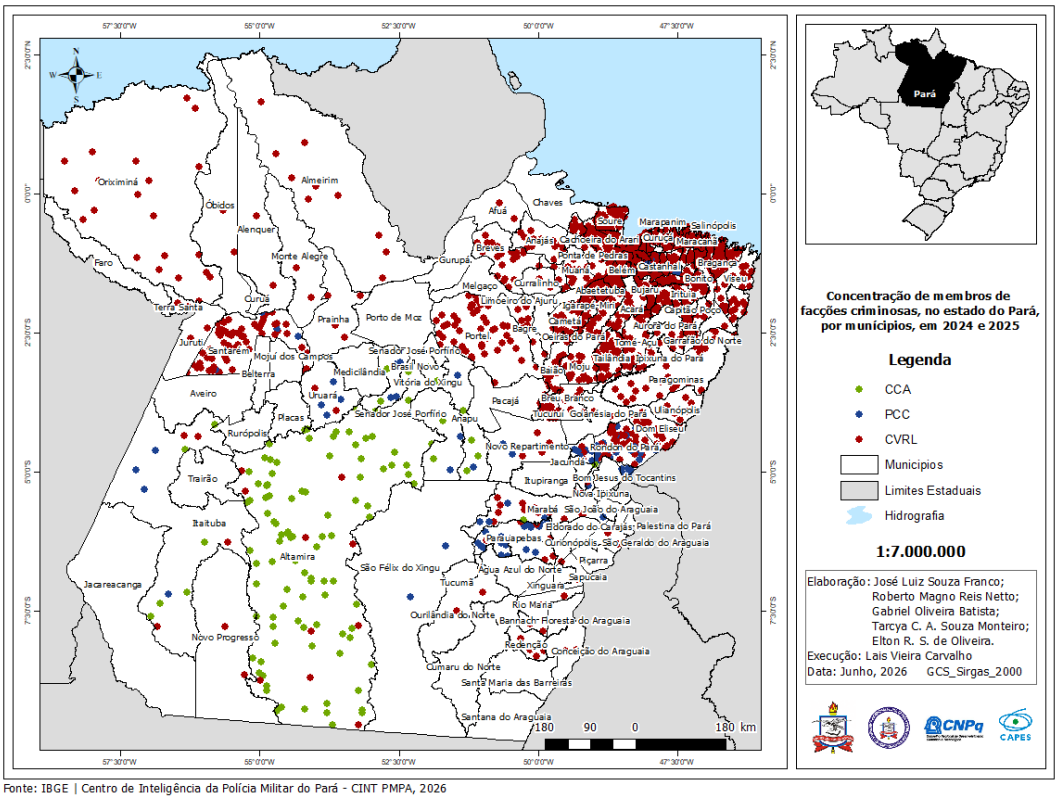
o escoamento dos entorpecentes que saem dos países produtores e atravessam o Brasil a partir dos modais rodoviários e aeroviários, em grande parte, até o porto de Santos, maior porto da América Latina, com destino a outros continentes. Diante desse cenário, destaca-se o estado do Mato Grosso do Sul como base estratégica para o controle dessa rota logística, hoje controlada pelo Primeiro Comando da Capital.

Rota Solimões, corredor logístico localizado na região amazônica, situado na fronteira do estado do Amazonas com os países do Peru e da Colômbia. Essa denominação faz alusão ao Rio Solimões, que inaugura o transcurso hidroviário em território brasileiro, na fronteira com o Peru. Essa rota estende-se pelo estado do Amazonas até sua capital, Manaus, seguindo até a cidade de Santarém, no Pará, que tem conexão rodoviária com outros municípios paraenses e outros estados brasileiros, bem como segue o fluxo do rio até o porto de Barcarena, Região Metropolitana de Belém, que tem saída para o oceano Atlântico e, consequentemente, para os continentes africano e europeu. Ressalta-se que, ao chegar no Pará, o Rio Solimões passa a ser denominado Rio Amazonas. Essa rota, atualmente, é controlada, majoritariamente, pelo Comando Vermelho.

## 4.1 A ESPACIALIZAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO TERRITÓRIO PARAENSE

A Figura 1 apresenta a distribuição espacial dos integrantes das facções criminosas identificados pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará (CINT/PMPA) nos anos de 2024 e 2025. A representação cartográfica evidencia que a presença dessas organizações não ocorre de forma homogênea no território estadual, revelando padrões espaciais de concentração e dispersão que refletem diferentes estratégias de territorialização. Em vez de uma ocupação aleatória do espaço, observa-se uma configuração territorial marcada pela concentração de registros em regiões estratégicas sob os aspectos demográfico, econômico e logístico, indicando que a atuação das facções criminosas está associada a critérios que extrapolam a simples distribuição populacional.

Figura 1. Concentração de membros de facções criminosas no estado do Pará, por municípios, em 2024 e 2025.




Fonte: construção dos autores a partir de dados do CINT/PMPA, 2026.

A análise dos dados demonstra que, dos 144 municípios paraenses, 111 (77,1%) apresentaram registros de integrantes de organizações criminosas, revelando elevada capilaridade territorial. Entre as facções identificadas, o Comando Vermelho concentra 2.501 integrantes (94,98%), seguido pelo Primeiro Comando da Capital, com 74 integrantes (2,81%), e pelo Comando Classe A, com 58 integrantes (2,20%). Essa distribuição evidencia não apenas a predominância quantitativa do Comando Vermelho, mas também sua ampla inserção espacial no território paraense, especialmente na Região Metropolitana de Belém, no nordeste do estado, no Marajó e em importantes centros urbanos do sudeste paraense.

No aspecto cartográfico, a predominância do Comando Vermelho revela um padrão territorial contínuo, diferentemente do PCC e do CCA, cuja presença apresenta distribuição mais pontual e descontínua. Essa configuração sugere que o processo de expansão territorial dessas organizações ocorre segundo estratégias distintas. Enquanto o Comando Vermelho demonstra elevada capacidade de difusão espacial e consolidação de áreas de influência, O PCC e O CCA apresentam atuação concentrada em localidades específicas, indicando diferentes níveis de inserção territorial e capacidade de controle sobre o espaço.

Entretanto, a simples concentração espacial dos integrantes não explica, por si só, o domínio territorial exercido pelas organizações criminosas. Conforme discutido no referencial teórico, Raffestin (1993) compreende o território como resultado das relações de poder estabelecidas sobre o espaço, enquanto Haesbaert (2014) demonstra que diferentes atores sociais produzem territorialidades concorrentes. Assim, a elevada concentração de integrantes observada em determinadas regiões do Pará deve ser interpretada como um indicativo da capacidade dessas organizações de estruturar relações permanentes de controle, influência e regulação sobre parcelas do território, e não apenas como reflexo da distribuição demográfica ou da ocorrência de registros policiais.

Essa interpretação é reforçada quando se observa que as maiores concentrações de integrantes coincidem com áreas caracterizadas por intensa circulação de pessoas e mercadorias, elevada densidade urbana e maior conectividade logística. A Região Metropolitana de Belém destaca-se como o principal núcleo territorial das organizações criminosas, seguida por municípios do nordeste paraense, do arquipélago do Marajó e do sudeste do estado. Essas áreas compartilham características geográficas que favorecem a articulação entre mercados lícitos e ilícitos, constituindo espaços estratégicos para a circulação de drogas, armas, capitais e outras atividades econômicas exploradas pelas facções criminosas.

Nessa perspectiva, a cartografia produzida nesta pesquisa ultrapassa a função meramente descritiva de representar a localização dos integrantes das facções criminosas. A espacialização dos registros permite identificar evidências empíricas de processos de territorialização criminal, revelando que a distribuição espacial dessas organizações acompanha uma lógica geográfica relacionada à conectividade territorial, à importância econômica dos municípios e à capacidade de controle de áreas estratégicas. Assim, a Figura 1 constitui a primeira evidência de que o domínio territorial das facções criminosas no estado do Pará se organiza segundo padrões espaciais consistentes, compatíveis com as relações de poder.

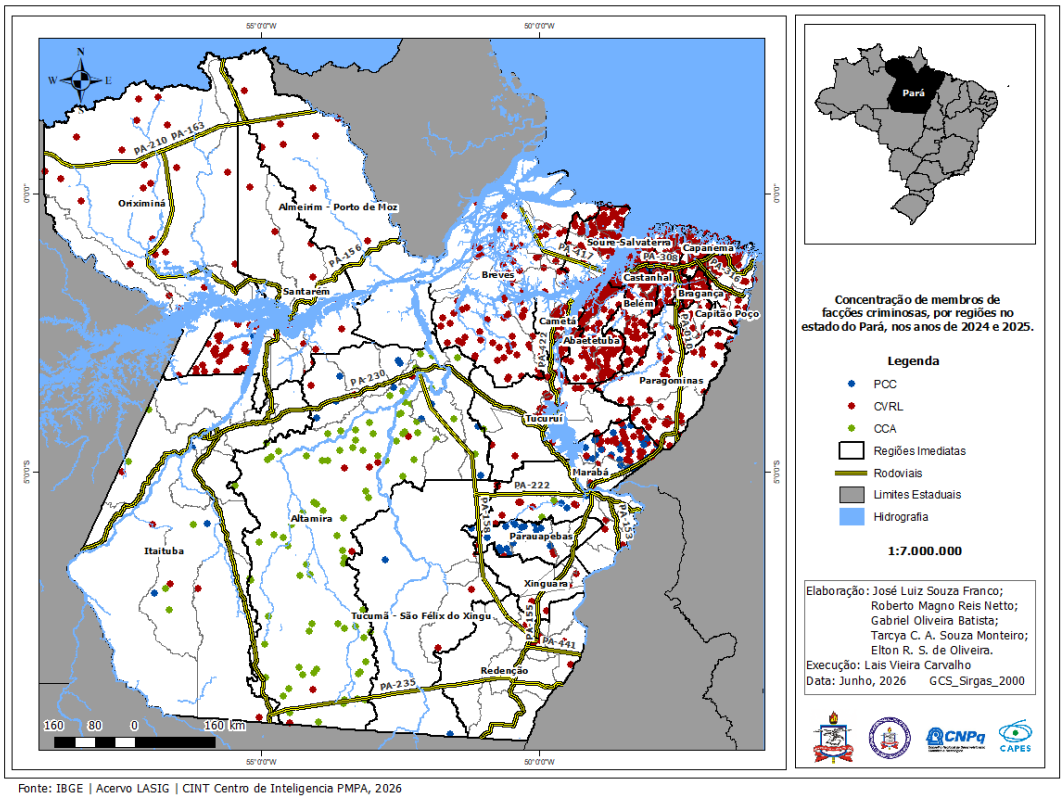
## 4.2 CORREDORES LOGÍSTICOS E EXPANSÃO TERRITORIAL

A maior concentração de integrantes das facções criminosas ocorre no eixo formado pela Região Metropolitana de Belém e pelos municípios do nordeste paraense. A partir de Belém e Ananindeua, observa-se a continuidade espacial da presença do Comando Vermelho em municípios como Benevides, Marituba, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Capanema, Bragança e Abaetetuba.

Embora a Figura 2 represente os registros por municípios, esse conjunto corresponde às regiões de integração Metropolitana, Guamá, Rio Caeté e Tocantins, caracterizadas por elevada densidade populacional, intensa circulação econômica e forte conectividade rodoviária e hidroviária. Essa

configuração territorial favorece a integração entre mercados formais, informais e ilícitos, ampliando as oportunidades de atuação das facções criminosas.

Figura 2. Concentração de membros de facções criminosas, por regiões no estado do Pará, em 2024 e 2025.




Fonte: construção dos autores a partir de dados do CINT/PMPA, 2026.

Diferentemente do eixo metropolitano, o arquipélago do Marajó apresenta uma territorialidade estruturada, predominantemente cercada por rios. Municípios como Breves, Portel, Melgaço, Gurupá e Afuá concentram registros do Comando Vermelho, evidenciando que os rios desempenham papel equivalente ao das rodovias em outras regiões do estado. A circulação fluvial estabelece conexões permanentes entre comunidades ribeirinhas e centros urbanos, transformando a malha hidrográfica em importante vetor de mobilidade regional e, consequentemente, em espaço estratégico para a atuação das organizações criminosas.

No oeste paraense, Santarém constitui a principal centralidade territorial identificada pela pesquisa. Localizado na confluência dos rios Amazonas e Tapajós e conectado à BR-163 (Santarém-Cuiabá), o município integra a região de integração do Baixo Amazonas e exerce função logística estratégica para a circulação de mercadorias entre outros estados do norte e de outras regiões do país, além dos portos do nordeste paraense. A concentração de integrantes do Comando Vermelho nessa área sugere que Santarém desempenha papel de articulação entre os fluxos provenientes da fronteira

amazônica e os corredores nacionais de transporte, reforçando sua relevância na dinâmica territorial da facção criminosa.

A região de integração do Xingu apresenta dinâmica territorial singular, tendo Altamira como principal polo estruturador. Maior município brasileiro em extensão territorial, Altamira conecta a Transamazônica (BR-230), a bacia do rio Xingu e importantes áreas de expansão econômica do sudoeste paraense. Sua posição geográfica favorece a articulação entre atividades relacionadas à mineração, exploração madeireira, agropecuária e grandes empreendimentos de infraestrutura, criando uma rede de circulação de pessoas, mercadorias e capitais que amplia a importância estratégica da região para diferentes modalidades de criminalidade organizada.

O município tem preponderância de integrantes do CCA, que protagonizou, em 2019, um dos massacres mais violentos do estado, quando foram mortos 58 detentos no Centro de Recuperação Regional de Altamira e mais quatro em transferência para Belém, totalizando 62 óbitos, sendo dezesseis decapitados (Oliveira, 2026). Neste episódio, o CCA demonstrou sua força diante do CV a partir de uma possível aliança com a facção criminosa paulista, o PCC, já que os mortos eram vinculados ao Comando Vermelho em menor número na unidade prisional em questão. É imperioso destacar que há indícios atuais de uma possível ruptura do CCA com o PCC e um alinhamento com o Terceiro Comando Puro - TCP, facção criminosa oriunda do Rio de Janeiro, conforme Figura 3. Para melhor entendimento, é importante destacar que “331” faz alusão ao CCA que utiliza essa codificação numérica como forma de apologia à facção criminosa, caracterizada pela sequência do alfabeto oficial da língua portuguesa.

Figura 3. Escritos “TCP” e “331”, município de Altamira, 2026.



Fonte: Acervo dos autores, 2026.

A configuração espacial observada no sudeste paraense apresenta características distintas das demais regiões do estado. Municípios como Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Félix do Xingu e Redenção concentram registros tanto do Comando Vermelho quanto do Primeiro Comando da Capital, este último apresentando participação proporcionalmente mais expressiva nessa porção do território paraense. Esses municípios integram as regiões de integração de Carajás, Araguaia e Xingu, reconhecidas pela intensa atividade mineradora, expansão agropecuária e elevada circulação econômica.

Na mesma região, merece destaque a crescente importância do comércio ilegal do ouro na reorganização das economias ilícitas da Amazônia. O avanço do garimpo ilegal e a elevada liquidez do ouro transformaram esse mineral em importante ativo financeiro para as facções criminosas, seja por meio da exploração direta de áreas garimpeiras, da oferta de proteção armada, da cobrança de taxas sobre a atividade extrativista ou da utilização do ouro como mecanismo de ocultação e circulação de capitais ilícitos. Nesse contexto, a distribuição espacial observada na região Sudeste sugere

compatibilidade com um processo de convergência entre economias minerais ilegais e mercados ilícitos, fenômeno que a literatura recente tem denominado narcogarimpo (Chagas, 2024), caracterizado pela crescente interação entre tráfico de drogas, exploração mineral ilegal e outras modalidades de crimes ambientais ligados às facções criminosas.

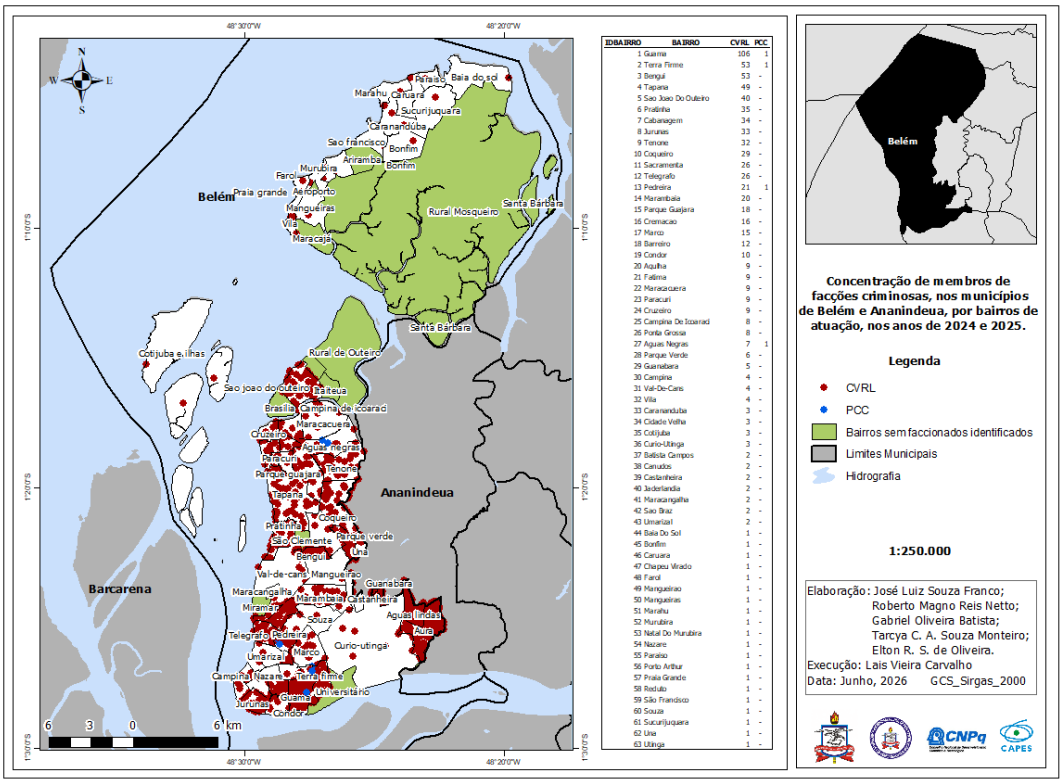
## 4.3 DOMÍNIO TERRITORIAL NA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA

A Figura 4 evidencia que a distribuição espacial dos integrantes das facções criminosas na Região Metropolitana de Belém apresenta forte concentração em bairros caracterizados por elevada densidade demográfica e intensa integração urbana. Diferentemente do padrão observado em escala estadual, na qual a territorialização acompanha grandes corredores logísticos, a dinâmica intraurbana revela que a expansão das facções criminosas está fortemente associada às áreas de maior concentração populacional, nas quais se ampliam as oportunidades de recrutamento, circulação de recursos ilícitos e, sobretudo, a consolidação de mercados consumidores de entorpecentes.

Nesse contexto, destacam-se os bairros do Guamá e da Terra Firme, que concentram os maiores quantitativos de integrantes identificados pela pesquisa. Além de figurarem entre os bairros mais populosos de Belém, essas localidades apresentam histórico de atuação de grupos criminosos organizados muito anterior à consolidação das atuais facções de abrangência nacional, como o Comando Vermelho.

Gangues criminosas, como a Equipe Rex, que coexistiam com milícias, entre elas os chamados Irmãos de Farda e a Liga da Justiça, já exerciam formas locais de controle territorial e violência antes da expansão do Comando Vermelho, que absorveu a Equipe Rex na capital paraense. Essa trajetória evidencia que a territorialização das facções nacionais ocorreu sobre espaços que historicamente apresentavam elevada densidade de conflitos, mercados ilícitos consolidados e redes criminais previamente estruturadas.

Figura 4. Concentração de membros de facções criminosas no município de Belém e Ananindeua, em 2024 e 2025.




Fonte: construção dos autores a partir de dados do CINT/PMPA, 2026.

Nesse cenário, a elevada concentração populacional desses bairros constitui outro elemento relevante para a compreensão da dinâmica observada. Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2022), o Guamá permanece como o bairro mais populoso de Belém, tendo 81.227 habitantes, enquanto a Terra Firme integra o conjunto de bairros de maior densidade demográfica da capital. Essa característica amplia significativamente o mercado em potencial para o comércio varejista de drogas, além de favorecer processos de recrutamento, circulação de recursos financeiros ilícitos e expansão das redes de influência da facção criminosa que possui hegemonia no local, o Comando Vermelho.

Dinâmica semelhante pode ser observada no município de Ananindeua, segundo maior contingente populacional do estado do Pará e integrante da Região Metropolitana de Belém (IBGE, 2022). Bairros como Icuí-Guajará, Paar, Águas Lindas, Aurá, Coqueiro e Una apresentam expressiva concentração de integrantes do Comando Vermelho, configurando uma continuidade territorial em relação aos bairros periféricos da capital. A intensa integração física entre Belém e Ananindeua reduz a importância dos limites territoriais municipais para a atuação das facções, permitindo a formação de um espaço metropolitano caracterizado por elevada conectividade urbana e circulação permanente de pessoas e ilícitos de diversas naturezas, como os entorpecentes.

Nessa conjuntura, a configuração espacial evidenciada pela Figura 4 demonstra que a lógica de territorialização das facções criminosas na Região Metropolitana de Belém não acompanha apenas os principais eixos de circulação urbana, mas também os maiores mercados consumidores do estado.

A concentração dos registros em bairros historicamente marcados por elevada densidade populacional e pela presença pretérita de grupos criminosos locais sugere que a expansão das facções nacionais ocorreu mediante a incorporação de territórios previamente estruturados por redes ilícitas já consolidadas. Sob essa perspectiva, a cartografia revela que o domínio territorial contemporâneo resulta da sobreposição entre antigas territorialidades criminais e novas formas de organização introduzidas pela facção criminosa atuante.

## 5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida nesta pesquisa permitiu compreender que a dinâmica territorial das facções criminosas no estado do Pará apresenta uma configuração espacial desigual, seletiva e multiescalar, não se caracterizando por uma ocupação homogênea do território. A espacialização dos dados produzidos pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará possibilitou identificar a presença de integrantes de organizações criminosas em 111 dos 144 municípios paraenses, correspondendo a 77,1% do território do estado. Entre as facções criminosas identificadas, o Comando Vermelho apresentou predominância, com 2.501 integrantes, seguido pelo Primeiro Comando da Capital, com 74, e pelo Comando Classe A, com 58, evidenciando diferentes níveis de difusão no território paraense.

Os resultados demonstraram, ainda, que a distribuição espacial das facções não ocorre de maneira aleatória. A concentração dos registros acompanha, em diferentes escalas, áreas caracterizadas por elevada conectividade territorial, circulação de pessoas e mercadorias, centralidade urbana e presença de atividades econômicas capazes de articular mercados lícitos e ilícitos. Na escala estadual, a Região Metropolitana de Belém, o nordeste paraense, o arquipélago do Marajó e importantes centros urbanos do Sudeste constituem áreas de maior concentração. Esse padrão reforça a compreensão de que a territorialização criminal se relaciona às características funcionais do território e às possibilidades de circulação, articulação e exploração econômica proporcionadas por determinadas áreas

Na escala regional, a pesquisa evidenciou que diferentes partes do território paraense assumem funções específicas na dinâmica das organizações criminosas. No Marajó, a rede hidrográfica constitui importante vetor de circulação e conexão entre cidades, estados, portos e centros urbanos. No Baixo Amazonas, Santarém destaca-se como centro estratégico em razão de sua localização na convergência

dos rios Amazonas e Tapajós e de sua conexão com a BR-163. Na região do Xingu, Altamira apresenta relevância decorrente da articulação entre a Transamazônica, a bacia do Xingu e atividades econômicas como mineração, exploração madeireira e agropecuária. No sudeste paraense, por sua vez, a presença do PCC assume maior expressão proporcional, especialmente em municípios associados às regiões de integração de Carajás, Araguaia e Xingu, onde a atividade mineradora, a circulação econômica e o comércio ilegal do ouro estabelecem condições particulares para a articulação entre economias ilícitas, inclusive no contexto denominado pela literatura como narcogarimpo.

Na escala intraurbana, a análise da Região Metropolitana de Belém demonstrou que a territorialização das facções também se articula à concentração populacional e à continuidade do tecido urbano. Os bairros do Guamá e da Terra Firme destacaram-se pela quantidade de integrantes identificados, inserindo-se em espaços historicamente marcados pela atuação de grupos criminosos locais e por redes ilícitas preexistentes como a Equipe Rex. Em Ananindeua, a distribuição observada em bairros como Icuí-Guajará, Paar, Águas Lindas, Aurá, Coqueiro e Una evidencia a continuidade espacial em relação à periferia de Belém, revelando que os limites político-administrativos dos municípios possuem menor significado diante da intensa integração urbana existente entre os dois espaços. Dessa forma, os resultados sugerem que a territorialização contemporânea das facções nacionais também ocorre mediante a incorporação e reorganização de territorialidades criminais anteriormente estabelecidas.

Diante desses resultados, a problemática proposta pela pesquisa pode ser respondida a partir da compreensão de que o domínio territorial das facções criminosas no Pará se configura por meio de processos diferenciados de territorialização, nos quais a concentração espacial de seus integrantes constitui um importante indicador empírico, mas não deve ser confundida, isoladamente, com a efetivação do domínio territorial. A distribuição identificada revela padrões de concentração relacionados às características logísticas, econômicas, urbanas e históricas de cada parte do território, indicando que as organizações criminosas não se apropriam do espaço de maneira uniforme, mas selecionam e articulam áreas estratégicas segundo suas possibilidades de circulação, logística, economia, influência e controle. Nesse sentido, o território paraense apresenta diferentes formas e intensidades de territorialização criminal, que se manifestam tanto em grandes corredores de circulação quanto em centralidades urbanas, áreas de mineração, espaços ribeirinhos e mercados consumidores.

Por derradeiro, a pesquisa demonstra que a utilização de dados oriundos da inteligência policial associados às técnicas de geoprocessamento e à cartografia constitui uma importante estratégia para a análise espacial das facções criminosas. A representação cartográfica possibilitou ultrapassar a simples identificação pontual dos integrantes e evidenciar padrões de concentração, dispersão, continuidade e

centralidade territorial, oferecendo uma leitura espacializada do fenômeno. Dessa maneira, o estudo contribui para o avanço das pesquisas sobre criminalidade organizada e territorialização na Amazônia e oferece subsídios para o planejamento estratégico da segurança pública, especialmente no desenvolvimento de ações orientadas pelas características específicas de cada território.

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Rodrigo P. O "Narcogarimpo" na Terra Indígena Yanomami. Boletim de Análise Político-Institucional : dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 91-100, jan. 2024. ISSN 2237-6208. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bapi36art7

COUTO, Aiala Colares. Geografia do Narcotráfico e Facções do Crime Organizado na Amazônia. Revista GeoAmazônia. v. 11, n. 22, 2023, pp. 46-67, 2023. eISSN: 2358-1778. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/13828. Acesso em: 18 jul. 2026.

FRANCO, José Luiz Souza; MELLO, Cesar Maurício de Abreu; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha; MONTEIRO, Tarcya Cristiny Amorim Souza; SANTOS, Elton Pereira. Presença territorial e violência simbólica: o controle do Comando Vermelho no Distrito de Icoaraci, Belém, Pará. Journal of Media Critiques, Brazil, v. 11, n. 28, p. 1–29, 2025. DOI: 10.17349/jmcv11n28-031.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; COUTO, Aiala Colares (coords.). Cartografias da Violência na Amazônia. 4. Ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

OLIVEIRA, Thaíssa Fernanda Kratochwill de. Facções criminais brasileiras: uma revisão narrativa. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Ed. da Autora, 2025.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS NETTO, R. M. Ouro de tolo: a região metropolitana de Belém-PA em face das dinâmicas territoriais do tráfico internacional de cocaína. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.